

PERCEPÇÃO DO MÉDICO SOBRE A ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA (APLV) NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS): UM ESTUDO TRANSVERSAL NO MUNICÍPIO DE COLATINA/ ES

Ana Eliza Lerbarck Botelho¹, Larissa Neves Cunha¹, Liandra Melotti Vitali¹, Lívia Fianco Oliveira¹, Maria Clara Maggioni Vasconcelos¹, Bruna Piassi Guaitolini².

¹Graduanda em Medicina – UNESC; ² Pós-Graduada em Alergia e Imunologia, Professora do curso de Medicina – UNESC.

INTRODUÇÃO

A alergia à proteína do leite de vaca (APLV) é caracterizada por uma resposta imunológica adversa às proteínas do leite, como a alfa-lactoalbumina e caseína. Apresenta-se como IgE mediada, de maior gravidade, devido risco de anafilaxia e, não mediada por IgE, manifestada por sintomas gastrointestinais, na maior parte dos casos. A APLV é uma doença em evolução com grande impacto na saúde do indivíduo, sendo inegável a importância dos profissionais de saúde na identificação dos sintomas que contribuem no diagnóstico e no seu manejo clínico.

OBJETIVO

Abordar o cenário de incidência de pacientes que possuem a APLV; Analisar a conduta diagnóstica, terapêutica e explorar as estratégias clínicas utilizadas pelos profissionais de saúde da Estratégia de Saúde da Família (ESF) de Colatina perante crianças com quadro de APLV; Discutir as possíveis lacunas existentes no reconhecimento, diagnóstico e tratamento de pacientes com APLV na atenção primária; Elaborar um fluxograma para contribuir com a educação médica continuada e aprimorar a conduta perante os casos de APLV.

METODOLOGIA

Foi conduzida uma pesquisa de caráter descritivo, transversal, com abordagem qualitativa. A amostra englobou médicos da ESF que consultaram crianças com diagnóstico ou suspeita de APLV, independente da faixa etária. A coleta de dados foi realizada com base em prontuários médicos, por meio de um questionário pré-determinado sobre o tema, elaborado a partir de informações apresentadas pela Sociedade Brasileira de Pediatria e pelo Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Alergia à Proteína do leite de vaca. As informações obtidas foram analisadas e discutidas com base nos sinais e sintomas que levaram os médicos a ponderar uma suspeita diagnóstica, bem como nas abordagens terapêuticas adotadas durante a consulta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Posteriormente à análise dos casos, os resultados mostraram que nenhum paciente com essa comorbidade havia sido diagnosticado na ESF. No entanto, muitos médicos haviam realizado a suspeição diagnóstica com base em sintomas cutâneos e gastrointestinais, o que os levou a adotar condutas como encaminhar as crianças ao especialista, trocar o tipo de leite ofertado, prescrever sintomáticos ou orientar o retorno em caso de piora clínica, mesmo sem o diagnóstico definitivo. Com base nisso, houve uma discussão sobre as condutas perante a temática e foi identificado uma lacuna de conhecimento sobre o assunto entre profissionais. Desse modo, com o objetivo de sanar essa carência de conhecimento, foi elaborado um fluxograma sobre o quadro clínico e terapêutico, o qual foi encaminhado à ESF juntamente com um vídeo explicativo destinado à educação médica continuada, visando melhorar a percepção médica em relação à APLV, além da promoção à saúde.

CONCLUSÕES FINAIS

Concluiu-se que há uma falha no manejo das alergias alimentares, com isso tornou-se imprescindível abordar essa temática na ESF visando minimizar as complicações futuras que poderiam derivar de um diagnóstico tardio ou de um tratamento incorreto. Nesse sentido, é necessário que os profissionais de saúde busquem constantemente por novas informações sobre temáticas mais pertinentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1- **SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA.** Alergia ao leite de vaca. Departamento Científico de Gastroenterologia Pediátrica. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria, 2024.
- 2- **LAPA FILHO, C. T.; LAPA, H. F.; FRANCO, J. M.; VIEIRA, S. C. F.; SOLÉ, D.; VIEIRA, M. C. et al.** Alergia às proteínas do leite de vaca e a atenção primária à saúde: uma revisão narrativa das diretrizes atuais. *Residência Pediátrica*, v. 12, n. 3, p. 1-9, 2022. DOI: 10.25060/residpediatr-2022.v12n3-526.
- 3- **BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE.** Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Alergia à Proteína do Leite de Vaca. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022.
- 4- **GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.** Protocolo estadual para dispensação de fórmulas infantis na alergia à proteína do leite de vaca. Vitória, ES: Secretaria de Saúde, 2022.